

Ideologia ou Realpolitik? A formação das duas grandes alianças durante a Segunda Guerra Mundial.

Ideology or Realpolitik? The formation of the two great alliances during World War II

João Fábio Bertonha ¹

Resumo: O objetivo central desse artigo é discutir a suposta “naturalidade” na formação das duas alianças chave da Segunda Guerra Mundial, ou seja, os Aliados e o Eixo. Interesses geopolíticos, econômicos, de poder e ideológicos serão analisados, de forma a compreendermos a relação de complementaridade e oposição entre esses interesses e como ela levou a formação dos dois blocos em luta.

Palavras-chave: Ideologia, geopolítica, Eixo, Aliados. Segunda Guerra Mundial.

Abstract: The main purpose of this article is to discuss the “naturality” in the process of formation of the two key alliances in the Second World War: the Allies and the Axis Powers. Geopolitical, ideological and economic interests will be analyzed in order to understand the formation of the two blocs during the war.

Keywords: Ideology, Geopolitics, Axis Powers, Allies, Second World War

A Segunda Guerra Mundial é, provavelmente, um dos temas mais explorados pela indústria cultural, especialmente, mas não só, a dos Estados Unidos. Mesmo setenta anos depois do seu término, a temática da Segunda Guerra continua a fornecer roteiros e argumentos para DVDs, séries para a televisão, filmes e outros produtos. Na mídia impressa, o mesmo pode ser dito, com um fluxo contínuo de matérias em jornais e revistas, de números especiais de revistas e fascículos e, especialmente, de livros. Impressiona, realmente, o suceder-se de títulos, os quais esmiúçam batalhas, armas, gerais e quase todos os aspectos possíveis do conflito.

¹ Dr. Em História pela Unicamp, livre-docente em História pela USP e professor Associado da Universidade Estadual de Maringá, bolsista CNPq. Website: joaofabiobertonha.com

Na historiografia, o mesmo pode ser dito. O esforço para se compreender as origens da Segunda Guerra Mundial, o papel da Alemanha na mesma, as continuidades e as diferenças com relação à guerra anterior e outros aspectos têm ocupado os esforços de gerações de historiadores. Entender e explicar porque os Aliados venceram e o Eixo perdeu também tem sido um foco comum nessa imensa produção historiográfica.

Um tema sobre o qual muito se publicou foi como cada uma das grandes potências envolvidas entrou na guerra e suas motivações para tanto. Sem querer entrar nessa verdadeira floresta de papel impresso, penso que vale a pena aproveitar essa massa de conhecimentos acumulada para focar num ponto específico, o qual pode nos ajudar a compreender melhor o que foi, efetivamente, a Segunda Guerra Mundial, maior conflito armado da história humana.

Tal foco é a questão da motivação central que permitiu a formação de duas grandes alianças, os Aliados e o Eixo, e se essa motivação central teve um viés mais ideológico ou mais geopolítico. Ambos os aspectos estão presentes, evidentemente, mas a discussão sobre qual predominou pode facilitar a compreensão do processo de formação das duas alianças entre o final da década de 1930 e o início da de 1940, o qual não foi tão automático como se sugere.

O senso comum e a indústria cultural tendem a criar esse automatismo, já que parece natural que os “bons” se unissem de um lado e os “maus”, do outro. No entanto, ainda que alguns padrões fossem evidentes (como a tendência de aproximação da Itália e da Alemanha ou da França e da Inglaterra), as alianças foram sendo construídas, num processo histórico no qual os problemas da geopolítica e da ideologia foram mais relevantes do que parece à primeira vista. Eles forneceram o esqueleto estrutural que os elementos conjunturais, os fatos, modificaram e alteraram.

Para tanto, o artigo se inicia com uma discussão sobre os próprios conceitos de Realpolitik e de “política externa ideológica”, de forma que possamos entender quais os termos em discussão. No item seguinte, examinarei a formação das várias alianças, sempre com o foco nessa questão e privilegiando as sete potências centrais (o Império britânico, a França, os Estados Unidos, a União Soviética, a Alemanha, a Itália e o Japão) que dominaram os dois grupos, de forma a termos respostas para as questões gerais que procuro responder.

Ressalto, por fim, que serei extremamente econômico no tocante às referências bibliográficas, remetendo a outros livros meus² para acesso à bibliografia relevante e ao necessário aprofundamento dos temas aqui abordados.

Realpolitik e política ideológica

O que explica a atuação internacional dos Estados? Como e porque eles escolhem a cooperação ou o conflito? Estas são, provavelmente, algumas das questões chave a serem respondidas pelos teóricos das relações internacionais e resumir décadas de debates entre eles seria impossível nesse espaço.

Para nossos fins, a distinção mais relevante é, provavelmente, a que existe entre realistas e idealistas. Para os primeiros, mesmo levando-se em conta as suas diferenças internas, o Estado é o centro do sistema internacional e serve sempre ao interesse nacional, cuja forma mais básica é o desejo de sobrevivência e o acúmulo de poder. Os realistas, em geral, não se preocupam com as origens históricas de cada Estado, considerando que todos seguem os mesmos princípios de acúmulo de poder e competição, inevitável pela própria constituição anárquica do sistema de Estados.

No princípio realista, a ética ou outros valores seriam de importância menor e o único eixo para definir aliados e inimigos, manter e romper alianças, seria o interesse. Nesse princípio, portanto, a ideologia de uma dada elite dominante ou do grupo em comando do Estado seria de pouca importância dentro de um modelo de disputa quase ahistórico. Um Estado que se desviasse da sua função básica em favor de princípios ou de uma ideologia seria, literalmente, um que havia perdido de vista a realidade.

² BERTONHA, João Fábio. “Entre Continuidade e ruptura. A Política Externa Fascista como um Problema Histórico e político”. *Contexto Internacional*, v. 23, n. 2: 399-434, 2001; BERTONHA, João Fábio. *A Segunda Guerra Mundial*, São Paulo, Editora Saraiva, 2001; BERTONHA, João Fábio. *Sobre a direita: estudos sobre o fascismo, o nazismo e o integralismo*. Maringá, Eduem, 2008; BERTONHA, João Fábio. *A Primeira Guerra Mundial – O conflito que mudou o mundo*. Maringá: Eduem, 2011

Os idealistas são um grupo mais heterogêneo, incluindo desde autores liberais que acreditam que a cooperação em torno de valores comuns pode superar a tendência ao conflito até os que proclamam a necessidade e a inevitabilidade do Estado seguir princípios éticos, morais ou ideológicos que vão além do mero interesse.

Para a nossa discussão, esse debate maior se desdobra num particular: em que medida a Segunda Guerra Mundial foi um mero conflito entre Estados defendendo seus interesses, numa perspectiva realista, ou ideológica, ética, com valores como democracia, liberalismo, comunismo ou fascismo impactando na formação das várias políticas externas?

No caso da Itália fascista, da Alemanha nazista e da URSS, por exemplo, essa questão levou a debates pronunciados entre os historiadores, os quais nunca chegaram a um consenso. Pensando no caso italiano, o qual discuti em profundidade em outro alguns analistas apresentam o seu esforço internacionalista como, acima de tudo, um instrumento de projeção do poder italiano. Os fascismos no exterior só seriam apoiados enquanto força de desestabilização dos adversários geopolíticos da Itália ou nos locais onde esses movimentos poderiam dar origem a Estados satélites controlados por Roma ou, no mínimo, aumentar a influência italiana local.

É fácil comprovar que tal condicionamento geopolítico esteve muitas vezes presente no pensamento do regime voltado para o relacionamento interfascismos e que esse era imaginado, muitas vezes, como simples instrumento de compensação da fraqueza militar e econômica italiana. Em princípio, os realistas parecem ter razão.

Difícilmente, porém, seria factível separar, na estrutura de um regime fortemente fundado em princípios ideológicos, os interesses diretamente geopolíticos e aqueles ideológicos. Ao proclamarem os valores fascistas como fonte de sua legitimidade, o regime não poderia simplesmente descartá-los, mesmo que, muitas vezes, eles fossem mencionados apenas para consumo público.

Dessa forma, é possível identificar uma tendência na política externa fascista que esteve presente desde os anos 1920, mas que adquiriu força e visibilidade nos anos 1930: a fusão dos objetivos nacionais do Estado italiano com aqueles de divulgação e expansão da ideologia fascista.

No bojo dessa tendência, os interesses nacionais e a ideologia fascista fundiam-se em um todo muitas vezes contraditório e ambíguo, mas

que passou a condicionar cada vez mais a política externa italiana a partir de então: os interesses do Estado italiano podiam ser atingidos através da carta ideológica (ou seja, através de um respeito e dependência de outros povos e nações à ideologia fascista, os quais se converteriam em aumento de prestígio e poder político da Itália), enquanto a própria expansão da ideologia fascista se daria, por sua vez, pelos mecanismos e instituições do Estado italiano.

Nesse contexto, falar em Realpolitik ou em “política baseada na ideologia” como polos totalmente opostos seria equivocado. O mesmo poderia ser dito da Alemanha nazista e seu esforço para tornar o Estado nacional alemão senhor da Europa e, ao mesmo tempo, reorganizar racialmente o mundo, segundo as linhas ideológicas do Partido nacional-socialista.

O caso italiano indica as dificuldades em separar com perfeição quais ações externas de um país se originam dos seus “interesses naturais” e quais se formam a partir da ideologia do grupo no comando do Estado. Tal regra serve para todos os Estados, mas adquire especial relevância no caso da Itália, da Alemanha e da URSS, nos quais uma perspectiva ideológica particular estava presente.

Mesmo assim, é possível identificar processos nos quais as preocupações “naturais” de cada Estado foram predominantes na formação da política externa e outros em que concepções de mundo, preconceitos e perspectivas mais diretamente ideológicos, presentes nas elites dominantes em um determinado período, conduziram à tomada de decisões. Ou seja, ao mesmo tempo em que ideologia e Realpolitik acabam por se confundir, há diferenças entre elas. Resta definir o papel de cada uma delas na formação das alianças da Segunda Guerra Mundial.

Aliados e Eixo: alianças automáticas?

As diferenças entre uma política externa baseada nos interesses geopolíticos, econômicos e militares mais diretos e uma centrada em uma ideologia particular se refletem na historiografia relacionada ao caráter da Segunda Guerra Mundial. Forma-se, assim, uma linha de fratura entre perspectivas diferentes, em especial a que surgiu entre os historiadores das relações internacionais e os ligados à história social e política.

Os historiadores das relações internacionais (ou, ao menos, uma boa parte deles) tendem a enfatizar a continuidade entre os dois conflitos mundiais dentro de um quadro maior de disputa interestatal que iria acontecer de qualquer forma, dando menos importância aos pressupostos ideológicos de cada potência.

Henry Kissinger (1999), por exemplo, tende a identificar as duas guerras mundiais como algo único e determinado, em essência, pela disputa pelo poder mundial. Na sua interpretação, totalmente coerente com a sua postura realista das relações internacionais, a questão central era a ambição alemã de ocupar um maior espaço no sistema econômico e estratégico internacional. Ele reconhece, evidentemente, as diferenças entre uma Alemanha imperial e uma nazista, mas, ao final, indica que o diferencial ideológico era menos importante do que a ambição do Estado alemão em modificar as regras do jogo mundial, o que obrigou à intervenção das potências anglo-saxãs e da Rússia.

O historiador Paul Kennedy (1989), famoso pela sua visão de longo prazo a respeito da ascensão e da queda das grandes potências, também tende a diminuir as diferenças entre 1914-1918 e 1939-1945. Na verdade, o que teria acontecido seria uma “longa guerra” de trinta anos para redefinir o equilíbrio internacional e de forças entre as grandes potências, a qual terminou com a anulação do principal desafiante – a Alemanha – e a ascensão das potências extra-europeias, ou seja, Estados Unidos e União Soviética.

Ainda nessa perspectiva, ainda que não de forma exatamente igual, os historiadores do sistema mundo e os marxistas clássicos tendem a ver as duas guerras mundiais como manifestações de um sistema capitalista que produz inevitavelmente competição e conflito dentro e entre os Estados-Nação. Nesse contexto, a ideologia de cada Estado-Nação seria fator menor em um sistema internacional inevitavelmente conflitivo.

Os historiadores sociais e políticos tendem, até pelo seu cuidado com os acontecimentos no interior das sociedades envolvidas, a uma postura um pouco diferente. Eles dão uma importância superior às ideologias e identificam, na presença das mesmas, um fator crucial para separar a Primeira da Segunda Guerra Mundial. Eric Hobsbawm (1997), assim, pensou a Segunda Guerra Mundial como uma luta entre os herdeiros (o capitalismo liberal e o socialismo) e os inimigos (o fascismo) do iluminismo. Já Félix Guattari (1986) a identificou como o conflito entre

duas ideologias (o capitalismo e o comunismo) inimigas, mas estáveis, as quais tiveram que se reunir para destruir outra que havia ficado fora de controle (o fascismo e, especialmente, o nazismo) e que ameaçava a todos.

Para esses e outros autores, as perspectivas ideológicas diversas teriam dividido não apenas os vários Estados, como também cada Estado internamente, num viés ideológico. A ferocidade da guerra na frente oriental, o surgimento de verdadeiras guerras civis em países como a Itália, a França ou a Bélgica e o colaboracionismo/resistência seriam elementos chave para comprovar isso.

Esses são argumentos de peso. A Primeira Guerra Mundial foi, num certo sentido, uma guerra simples, explicada por um elemento de fundo comum, ou seja, a mudança do contexto político, econômico e cultural a partir da metade do século XIX. Antes, tínhamos nações mais ou menos satisfeitas com o seu papel no mundo e elites mais preocupadas em manter a ordem interna contra possíveis ameaças revolucionárias do que com aventuras no exterior. Já nos primeiros anos do século XX, os ideais nacionalistas, militaristas e de defesa da guerra estavam em ascensão, o que levou a maior parte das nações européias a ambicionar mais territórios e poder, a acumular armamentos, etc.

Claro que os Estados envolvidos não eram exatamente iguais em termos políticos. Sem querer entrar em detalhes sobre um tema controverso, havia diferenças em termos de concepção de Estado e da ideologia que o legitimava. Isso, no entanto, não parece ter tido um impacto crucial na formação das Potências Centrais e dos Aliados. A Alemanha, por exemplo, apesar de ter uma cultura particularmente agressiva e expansionista naquele momento, ambicionava, em essência, o mesmo que as liberais França e Inglaterra ou a autocrática Rússia queriam, ou seja, colônias, territórios e hegemonia na Europa.

Em outras palavras, as potências liberais (França, Inglaterra, Estados Unidos, Bélgica e Itália) não formaram uma aliança para a difusão do liberalismo, mas para conter um rival nacional de peso, a Alemanha. Do mesmo modo, o caráter semi-autocrático da Alemanha, da Áustria-Hungria e do Império turco-otomano facilitou, provavelmente, o diálogo entre esses países e foi aproveitado pela propaganda de guerra aliada. Não obstante, o cerne dessa aliança não era a derrota do sistema liberal, mas a conquista de elementos de poder material num contexto de disputa imperialista e de poder.

Em resumo, apesar de a ideologia, enquanto conjunto de idéias e representações de mundo, estar presente na formatação da Primeira Guerra Mundial, seu papel foi secundário e os diversos Estados seguiram, em essência, o papel esperado dentro da lógica competitiva da época. Já na Segunda Guerra Mundial, a mesma essência competitiva esteve presente, numa renovada disputa pelo poder e pelos recursos mundiais, mas as ideologias acabaram por formar uma rede de relacionamentos que adquiriu muito mais importância do que antes.

Assim, a Segunda Guerra teve a particularidade de ter sido uma guerra também grandemente ideológica. De fato, os anos entre 1918 e 1939 (e, especialmente, os entre 1929 e 1939) foram de intensa crise do sistema capitalista e de agitação política e social. Os países democráticos, a URSS comunista e os regimes fascistas pensavam o mundo de forma diversa e essa oposição de idéias e políticas também ajudou a conduzir o mundo para a guerra em 1939. A Guerra Civil Espanhola, entre 1936 e 1939, é um exemplo claro dessa influência das ideologias políticas na política internacional, na paz e na guerra naquele momento.

Assumir a importância da luta ideológica não significa afirmar, contudo, que as alianças já estavam previamente definidas pelo ideológico. O fascismo comum (apesar de algumas discordâncias chave) facilitou a aproximação entre Roma e Berlim, mas a perspectiva expansionista e de revisão da ordem internacional foram também fundamentais para a formatação do Eixo. Do mesmo modo, o sistema democrático compartilhado tornou mais simples o diálogo entre Londres, Washington e Paris, mas a defesa do *status quo* por todas essas potências também foi crucial para a sua aliança.

Em alguns momentos, além disso, perspectivas ideológicas transversais podiam indicar outros padrões de alianças. A União Soviética e a Alemanha nazista poderiam, por exemplo, ter reforçado a sua aliança a partir da perspectiva totalitária comum e vários livros de ficção trabalham nessa seara. Pensando nos termos de Norberto Bobbio,³ o eixo da “igualdade/desigualdade” provavelmente aproximava as potências ocidentais da URSS, mas o eixo “liberdade/autoridade” poderia permitir,

³ BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda. Razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora da Unesp, 1995.

sem problemas exagerados, uma aliança contra a democracia que reuniria Tóquio, Roma e, especialmente, Berlim e Moscou.

No breve período de aliança teuto-soviética, entre 1939 e 1941, foi justamente esse o discurso utilizado para justificar a aliança, ou seja, os povos revolucionários e que haviam superado o liberalismo em oposição às decadentes democracias. Vários teóricos nazistas e soviéticos defendiam, inclusive, essa perspectiva, que poderia ter frutificado. Afinal, naquele momento, não apenas nazistas e comunistas haviam dividido a Europa oriental entre eles, como negociações de alto nível foram estabelecidas para negociar a entrada da URSS no Eixo. A ideologia não definia previamente as alianças, apesar de limitar seus contornos e possibilidades.

Tal ponto merece ser destacado. O Império britânico, por exemplo, caso resolvesse atacar outro Estado democrático para atender as suas ambições geopolíticas teria, provavelmente, dificuldades frente a sua opinião pública e a identidade ideológica era, pois, um inibidor. Essa inibição só existia, contudo, em um contexto delimitado. Em 1898, por exemplo, dois Estados liberal-democráticos (a França e a Inglaterra) quase entraram em guerra quando do incidente de Fachoda, na África, enquanto Estados Unidos e Reino Unido se enfrentaram na guerra de 1812.

São esses apenas dois exemplos de como a “democratic peace theory” (ou seja, a ideia de que Estados democrático-liberais hesitam em usar a força uns com os outros) não se sustenta historicamente como regra absoluta, ainda que seja razoável afirmar que o regime democrático é menos propenso a utilizar a força contra outras democracias do que outros.⁴

No contexto da década de 1920 e 1930, no qual os principais Estados democráticos estavam na defensiva na arena internacional e no qual a ideia do liberalismo estava sob ataque, a sua defesa colaborava para o alinhamento deles no mesmo lado. Uma guerra entre fascistas e nazistas também teria suscitado perplexidades na Itália e na Alemanha, pois a impressão seria de uma guerra civil. Mesmo assim, o Estado-Maior italiano preparou planos nesse sentido por um longo período de tempo.

⁴ BROWN, Michael et alii. *Debating the Democratic Peace*. Cambridge, MA: MIT Press, 1996; GOENNER, Cullen F. "Uncertainty of the Liberal Peace". *Journal of Peace Research*, v. 41, n. 5: 589–605, 2004.

Em resumo, dentro de alguns limites, as ideologias podiam ser moldadas ou relativizadas para dar conta de interesses outros. Ao mesmo tempo, quando um Estado fundava a sua legitimidade em um conjunto específico de ideias, ele tendia a se aproximar de outros próximos, especialmente quando os seus interesses de poder também caminhavam na direção da mesma aliança.

A Segunda Guerra Mundial foi, portanto, mais complexa do que a anterior, com a disputa entre os Estados se associando com uma forte ideologização da política externa dos principais envolvidos e dividindo os vários Estados internamente. Se tivéssemos um laboratório no qual pudessemos fazer experimentos com a História, seria possível obter a proporção de “interesses” e “ideologias” que levaram à guerra e explicam os seus desdobramentos. Tal experimentação é, claro, impossível, mas podemos concluir que a Segunda Guerra Mundial teve continuidades e rupturas com relação à Primeira e que a questão da ideologia foi uma das principais diferenças.

Houve, contudo, flutuações entre os vários momentos e teatros da guerra. Nesse sentido, poderíamos entender que, na Segunda Guerra Mundial, três guerras simultâneas e paralelas estiveram presentes.

Três guerras em uma

Podemos perceber como, dentro daquilo que chamamos de “Segunda Guerra Mundial”, houve várias guerras interconectadas entre si. Antes de tudo, por questões operacionais e táticas. A Guerra do Pacífico, por exemplo, foi basicamente um confronto aéreo e naval entre japoneses e americanos, com os britânicos tendo um papel subsidiário e os soviéticos se mantendo a parte. Já a luta na frente oriental foi centrada quase que exclusivamente na guerra de tanques, aviões e artilharia e travada entre soviéticos e alemães, com os americanos e ingleses se limitando a enviar algum apoio material (jipes, tanques, alimentos, aviões, aço) ao Exército Vermelho, especialmente nos anos críticos de 1941 e 1942. Já na Europa Ocidental, os alemães e italianos combateram basicamente os franceses e os anglo saxões, em terra, mar e ar.

Tanto os Aliados como o Eixo também mantiveram relativamente pouca coordenação interna. Os alemães apoiaram o Japão, por exemplo, em seus esforços e vice versa, mas, na realidade, tanto Tóquio como Berlim

foram independentes para implantarem as políticas que consideravam adequadas e os alemães não conseguiram sequer desviar o expansionismo do Japão em direção à União Soviética, aliviando sua frente oriental. A coordenação entre alemães e italianos entre 1940 e 1943 foi um pouco maior nas guerras na África, mas não foi perfeita.

Os aliados ocidentais tiveram uma coordenação muito mais significativa, com ingleses e americanos discutindo e debatendo continuamente como aplicar seus recursos durante o conflito. Isso não impediu, contudo, vários atritos entre eles e os ingleses habitualmente não influenciavam muito nas decisões referentes ao Pacífico, onde suas forças militares eram desprezíveis. Já entre os aliados ocidentais e os soviéticos, existiram alguns acordos e coordenação de ataques para acelerar a derrota alemã, mas não realmente algum tipo de comando conjunto. Cada uma das principais potências lutava a sua guerra particular, com suas especificidades e interesses específicos.

Isso também é evidente quando analisamos os interesses que levaram cada país ao conflito e o tipo de guerra que eles lutaram. O Império britânico entrou em conflito com a Itália e a Alemanha essencialmente por motivos de ordem estratégica, ou seja, preservar o Império, sua independência e prosperidade. A questão central era impedir que um Estado como a Alemanha controlasse a Europa e, a partir dessa base de poder, formasse uma esquadra capaz de contestar o domínio britânico dos mares. Londres se opôs a Berlim por esse motivo em 1914 e, novamente, em 1939. A preocupação dos Estados Unidos com uma possível vitória alemã nesses dois conflitos também seguia esse padrão de preocupações.

A partir de pontos de vista diferentes, é evidente que Winston Churchill e Franklin Roosevelt desprezavam profundamente o nazismo, sua política plebeia e os riscos que ele representava para o sistema democrático. Se o regime nazista tivesse se desenvolvido, contudo, num país menos poderoso, é difícil acreditar que eles se preocupassem em demasia com ele.

Outro elemento que comprova essa situação é a questão da Itália fascista. O fato de a Itália ser uma ditadura e fascista não impediu o Reino Unido de se aproximar de Mussolini na década de 1920 e no início da de 1930. O próprio Churchill não via grandes defeitos no fascismo italiano e Franklin Roosevelt, no mínimo, o tolerava mais do que o nazismo.

A questão era que a Itália não tinha os elementos de poder para questionar a ordem anglo-saxã e, portanto, a sua ideologia pouco importava. Quando a Itália se colocou numa postura anti-alemã, como durante a Frente de Stresa, em 1935, França e Inglaterra não tiveram problemas em se aproximar de Roma e até em permitir a sua agressão a outro país, a Etiópia.

Dessa forma, quando a Itália se movia contra a Alemanha, os Aliados ocidentais viam suas afinidades ideológicas com o nazismo como de menor importância e o próprio governo italiano ressaltava essas diferenças no seu discurso, até para justificar seu alinhamento com os ocidentais.

O fascismo italiano só se tornou um inimigo quando a Itália começou a se aproximar da órbita alemã, na segunda metade da década de 1930 e a representar uma ameaça adicional ao status quo. A partir daí, o discurso geral passou a ser a “inevitabilidade” da aliança teuto-italiana, uma aliança que a perspectiva ideológica comum tornava muito provável, mas não necessariamente definida desde o primeiro momento.

Na Europa ocidental, portanto, a guerra foi, essencialmente, uma de duas potências oceânicas (o Império britânico e os Estados Unidos) procurando anular um bloco alemão que poderia ser uma ameaça futura. A ideologia de cada Estado foi questão menor, a não ser na propaganda.

O mesmo poderia ser dito da guerra na Ásia. O desprezo racial entre americanos e japoneses e a visão de que seu modo de vida era superior ao do adversário tiveram, certamente, peso na deflagração das hostilidades entre eles e ajudam a explicar a dureza das batalhas nas ilhas do Pacífico. O ponto chave, contudo, era a disputa pelo espaço do Pacífico e pelo controle dos seus recursos, o que terminou com a vitória dos Estados Unidos.

Já a aliança entre o Japão, a Itália e a Alemanha foi, com certeza, facilitada pela perspectiva ideológica semelhante. O regime militar japonês não era, em termos conceituais, fascista, mas a proximidade em vários conceitos chave (como o racismo, o anticomunismo e o imperialismo) permitia que o Eixo existisse sem maiores problemas. O fato de as três potências serem revisionistas e em oposição à França, ao Império Britânico e aos Estados Unidos e de seus expansionismos se dirigirem a regiões diversas também facilitou em muito a formação desse grupo.

A frente oriental representou um padrão muito diferente. Como visto acima, a guerra entre a URSS e a Alemanha não estava pré-

determinada pela História. Algum tipo de acontecimento conjuntural poderia, a princípio, ter levado as duas potências e ideologias a manterem o status quo de 1939-1941 ou mesmo a aprofundar essa aliança com base no ódio ao liberalismo.

Uma maciça intervenção franco-inglesa na guerra da Finlândia, em 1940, por exemplo, poderia ter sido esse catalizador. Soldados franceses e ingleses atirando nos soviéticos poderia ter tido esse potencial de romper tendências e isso quase aconteceu, pois uma expedição de apoio aos finlandeses estava em planejamento em Londres e Paris naquele momento. O fato de isso não ter acontecido e a decisão alemã de invadir a URSS em 1941 mudou o quadro e indica a importância dos fatos, da conjuntura.

Mesmo assim, a probabilidade maior era de conflito e não de cooperação entre os dois Estados e isso por uma combinação de elementos de Realpolitik, de disputa por poder e espaço, e pela competição ideológica.

Para o antigo Império alemão de antes da Primeira Guerra Mundial, a Europa Oriental e a Rússia eram territórios que deveriam fazer parte de um futuro espaço, dominado pela Alemanha, que criaria naquele espaço um novo Império. A mesma ambição ressurgiu com Adolf Hitler e os nazistas valorizavam ainda mais o domínio desse território, pois, segundo as suas crenças, seria ali que o povo alemão encontraria o “Lebensraum” (espaço vital) para sobreviver.

Para completar, os nazistas consideravam os comunistas, ao lado dos judeus, como seus inimigos mais perigosos e era justamente naquela região onde se localizava o único Estado comunista do mundo, a União Soviética. Destruir a União Soviética era, pois, algo fundamental não só para dominar o local onde deveria surgir o Império nazista, como para esmagar a grande ideologia inimiga. Não é um acaso, portanto, que a Alemanha nazista tenha sido sempre tão obcecada com a União Soviética e invadido o país assim que teve oportunidade.

Foi também a oposição entre comunistas e nazistas, entre a direita e a esquerda, que marcou a divisão ideológica dos principais países da Europa durante a guerra. Num conflito mais simples, nacionalista, os franceses ou os italianos se oporiam à ocupação alemã, salvo os oportunistas eventuais. Já durante a Segunda Guerra Mundial, a decisão de aceitar ou combater a presença do Exército alemão era influenciada, também, pela ideologia, especialmente a que opôs a esquerda e a direita.

Dessa forma, políticos e grupos fascistas apoiaram abertamente a ocupação alemã de seus países, enquanto os conservadores e liberais viram nela um mal menor ou a consideravam uma oportunidade para iniciar um processo de renovação nacional consonante com uma perspectiva conservadora. O caso da França de Vichy é, nesse sentido, exemplar. Já a esquerda, em linhas gerais, pegou em armas contra o invasor alemão e a ideologia nazista, com os comunistas na liderança.

Essa divisão com base na ideologia não levava a alinhamentos automáticos, contudo, os quais eram, novamente, temperados por interesses e disputas pelo poder. O Reich alemão, por exemplo, preferiu, na maior parte dos casos, dar preferência ao colaboracionismo dos conservadores ou da antiga elite política e burocrática dos Estados ocupados, em detrimento dos partidos fascistas. Esses, em geral, tinham pouca legitimidade e popularidade e levá-los ao poder poderia ser contraproducente em termos da estabilidade e do controle que se buscava. Dessa forma, os fascistas, regra geral, foram aproveitados como força auxiliar da ocupação, mas não formaram a sua base, com a exceção de alguns casos, como a República de Saló italiana, a Romênia ou a Hungria, mas apenas quando a alternativa conservadora não existia mais.

Em resumo, as ideologias forneciam um contorno preciso no qual os interesses geopolíticos e as disputas de poder se davam. Do mesmo modo, as ideologias alteravam a percepção desses interesses e dessas disputas. Em cada um dos teatros da guerra, e em seus vários momentos, essa combinação se deu de forma diferenciada. O entendimento do que foi o conflito de 1939-1945 tem que levar em conta as duas dimensões, dentro de contextos geográficos e temporais delimitados.

Conclusões

Uma história escrita a partir do estrutural tem a vantagem de nos fazer separar com clareza o que realmente importa do que é acessório. Pensando de forma estrutural, nós podemos identificar questões de longo prazo que, de outra forma, não seríamos capazes de captar e que, às vezes, os próprios agentes do período não identificavam.

Ao mesmo tempo, as pessoas, os homens e mulheres que fazem a História vivem no conjuntural, na camada mais próxima de fatos (anos ou décadas) que elas são capazes de identificar e com a qual tem que se relacionar. Por fim, os fatos imediatos, do dia a dia, são aqueles para os

quais se demandam respostas e no qual o acaso, os acontecimentos, tem um peso mais relevante do que parece.

O entendimento do que foi a Segunda Guerra Mundial passa, provavelmente, pelo reconhecimento dessa situação. Havia uma questão estrutural, de fundo, que era a competição interimperialista. Desde o século XIX, havia potências interessadas em conseguir mais espaço, recursos e poder e outras que não queriam ceder a sua posição. Nesse contexto, as duas guerras mundiais foram capítulos de uma mesma história, com especial destaque para o problema de como inserir a Alemanha dentro do sistema mundial.

Em termos conjunturais, as tensões dessa competição foram amplificadas e modificadas pela ideologização da política externa depois da Primeira Guerra Mundial e o surgimento de ideologias como o fascismo, o nazismo e o comunismo. Ao problema da disputa imperial, surgiram sistemas de valores e ideias que contestavam ainda mais a ordem vigente. As ideologias da “era dos extremos” não substituíram a disputa tradicional (também baseada, afinal de contas, em ideias, perspectivas e visões de mundo próprias) como motivador da ação dos Estados, mas deram a ela um caráter diferente e delimitaram ainda mais as alianças e os alinhamentos.

Por fim, os fatos continuam de importância e a Segunda Guerra Mundial poderia ter assumido uma nova configuração se os fatos, as decisões das pessoas, fossem diferentes. Uma ação franco-britânica decisiva contra a URSS na Finlândia, a substituição de Churchill por uma liderança que aceitasse um acordo com Hitler, a Alemanha desistindo de atacar a URSS ou a o Japão se abstendo de Pearl Harbour seriam acontecimentos com grande potencial de romper tendências estruturais e conjunturais e levar a novas alianças.

Mesmo assim, o poder dos fatos não pode ser superestimado. A Alemanha queria o seu espaço de poder na Europa Oriental e o ódio ao comunismo por parte dos nazistas era tamanho que dificilmente uma aliança entre Berlim e Moscou se manteria, mesmo com Hitler suspendendo temporariamente a operação Barbarossa. Os Estados Unidos não poderiam ficar indiferentes, até por uma questão de segurança nacional, a uma Alemanha dominando a Europa e um Japão que controlasse o Oriente, com ou sem Pearl Harbour.

Na verdade, olhando retrospectivamente, tudo caminhou para a formatação das duas grandes alianças. Estruturalmente, se opuseram os defensores e os opositores da ordem internacional e imperialista existente. Conjunturalmente, fascismo e democracia ficaram em lados opostos, com o comunismo se aliando a segunda tanto porque a sobrevivência nacional o exigia como porque a fratura entre esquerda e direita se revelou muito mais importante do que a existente entre democracia e autoritarismo.

Por fim, as decisões de Hitler, Churchill, Mussolini, Stalin e outros também foram nessa direção, indicando tanto a importância das decisões dos líderes, diplomatas e militares, como os limites que a conjuntura e a estrutura davam a eles. Todos os homens fazem a História tentando influenciar e modificar as tendências e as estruturas que herdaram do passado. Na Segunda Guerra Mundial, não foi diferente.

Recebido em outubro de 2015.

Aprovado em dezembro de 2015.